

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.539 - MG (2019/0274482-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : THAIS FERNANDA SANTOS DA SILVA VERCOSA - MG080348
GLAYCE MARA COUTO DE VASCONCELOS - MG167258
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - MG107878N
AGRAVADO : REYNALDO ORLANDO NICOLATO
ADVOGADO : RAPHAEL DUTRA RESENDE - MG101620

DECISÃO

Trata-se de agravo, interposto pelo BANCO DO BRASIL SA, em face de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "c", da Constituição Federal, contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - EXECUÇÃO DE SENTENÇA - SUSPENSÃO DO PROCESSO. 1. Conforme entendimento manifestado pelo Superior Tribunal de Justiça, a decisão proferida na ação coletiva ajuizada pelo IDEC é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança junto à instituição financeira recorrida, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Instituto. (fl. 23)

Nas razões do recurso especial, o agravante aponta divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, a necessidade de suspensão da presente ação até o julgamento do REsp 1.438.263/SP, bem como a ilegitimidade ativa do recorrido para o manejo do cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública nº. 1998.01.1.016798-9, porquanto não filiado ao IDEC.

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece provimento.

De início, insta salientar ser incabível a suspensão do julgamento do presente recurso em razão da afetação como repetitivo do Recurso Especial nº 1.438.263-SP (Tema 948), uma vez que não é aplicável ao caso concreto por já ter o tema sido julgado definitivamente pelo Superior Tribunal de Justiça o REsp n. 1.391.198-RS (Temas 723 e 724).

Além disso, a Corte local concluiu que o recorrido não precisa comprovar a filiação ao IDEC para promover a execução individual, *in verbis*:

*Por fim, registro ser despicienda a comprovação pelo agravante (exequente) de ser filiado ao IDEC ou que autorizou a propositura da demanda cognitiva para requerer o cumprimento de sentença, conforme manifestação do colendo Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, reconhecendo a legitimidade de todos os poupadores independentemente de fazerem ou não parte dos quadros associativos do IDEC. Confira-se:
[...] (fl. 26)*

A orientação está em consonância com o entendimento consolidado da Segunda Seção desta Corte, no julgamento do REsp n. 1.391.198/RS, sob o rito dos recursos repetitivos, que consolidou o entendimento de que a sentença proferida na **Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9**, julgada pelo Juízo da **12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF**, que determinou o pagamento das diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os poupadores da instituição financeira, independentemente de residirem ou estarem domiciliados no órgão prolator e de comprovarem a filiação ao IDEC para a habilitação individual. O julgado restou assim ementado:

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF NA AÇÃO CIVIL COLETIVA N. 1998.01.1.016798-9 (IDEC X BANCO DO BRASIL). EXPURGOS INFLACIONÁRIOS OCORRIDOS EM JANEIRO DE 1989 (PLANO VERÃO). EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE E ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. OBSERVÂNCIA À COISA JULGADA.

1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva n. 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos

inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal;

b) os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - também por força da coisa julgada -, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.

2. Recurso especial não provido"

(REsp 1.391.198/RS, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/8/2014, DJe 2/9/2014, g.n.)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator